

PARTE VI
DOS CONTRATOS DE ALIENAÇÃO

Secção I – Do contrato de compra e venda	11
1. Noção e aspectos gerais	11
2. Características qualificativas do contrato de compra e venda	14
2.1. A compra e venda como contrato nominado e típico	14
2.2. A compra e venda como contrato primordialmente não formal	14
2.3. A compra e venda como contrato consensual	14
2.4. A compra e venda como contrato obrigacional e real <i>quoad effectum</i> ..	15
2.5. A compra e venda como contrato oneroso	15
2.6. A compra e venda como contrato sinalagmático	16
2.7. A compra e venda como contrato normalmente comutativo, sendo por vezes aleatório	16
2.8. A compra e venda como contrato de execução instantânea	17
3. Forma do contrato de compra e venda	17
4. Efeitos essenciais	21
4.1. Generalidades	21
4.2. O efeito real	22
4.2.1. A adopção dos princípios da consensualidade e da causalidade no Direito Português	22
4.2.2. Apreciação da possibilidade de existirem excepções em relação a esses princípios	27
4.2.3. A publicidade da transmissão da propriedade	29
4.2.4. O risco no contrato de compra e venda	30
4.3. Os efeitos obrigacionais	31
4.3.1. O dever de entregar a coisa	31
4.3.2. Outros deveres do vendedor	35
4.3.3. O dever de pagar o preço	36
4.3.4. Outros deveres do comprador	40
5. Proibições de venda	40
5.1. Generalidades	40
5.2. Venda de coisa ou direito litigioso	41
5.3. Venda a filhos ou netos	43
5.4. Compra de bens do incapaz pelos seus pais, tutor, curador, administrador legal de bens ou protutor, que exerça as funções de tutor	45
5.5. Venda entre cônjuges	46
5.6. Compra de bens da massa insolvente pelo administrador da insolvência ..	48
6. Modalidades específicas de venda	48
6.1. Venda de bens futuros, de frutos pendentes e de partes componentes ou integrantes de uma coisa	48

6.2. Venda de bens de existência ou titularidade incerta	52
6.3. Venda com reserva de propriedade	54
6.3.1. Generalidades	54
6.3.2. Regime da venda com reserva de propriedade	56
6.3.3. Natureza jurídica da venda com reserva de propriedade	61
6.4. Venda a prestações	68
6.4.1. Regime geral	68
6.4.2. A venda a prestações efectuada no âmbito de relações de consumo	72
6.5. Locação-venda	75
6.6. Venda de coisas sujeitas a contagem, pesagem e medição	78
6.7. Venda a retro	82
6.7.1. Generalidades	82
6.7.2. Forma do contrato	84
6.7.3. Regime	84
6.7.4. Natureza jurídica	86
6.8. Venda a contento e venda sujeita a prova	87
6.8.1. Generalidades	87
6.8.2. A primeira modalidade de venda a contento	88
6.8.3. A segunda modalidade de venda a contento	89
6.8.4. A venda sujeita a prova	90
6.9. Venda sobre documentos	91
6.10. Compra e venda comercial	92
7. Perturbações típicas do contrato de compra e venda	96
7.1. Generalidades	96
7.2. Venda de bens alheios	97
7.2.1. Generalidades	97
7.2.2. Pressupostos da venda de bens alheios	98
7.2.2.1. Venda como própria de uma coisa alheia específica e presente, fora do âmbito das relações comerciais	98
7.2.2.2. Ausência de legitimidade para a venda	99
7.2.3. Efeitos da venda de bens alheios	101
7.2.3.1. Nulidade da venda e obrigação de restituição	101
7.2.3.2. Eventual convalidação do contrato	104
7.2.3.3. Obrigação de convalidação	106
7.2.3.4. Indemnização	107
7.2.3.5. Garantia de restituição por benfeitorias	109
7.2.4. Casos especiais	110
7.2.4.1. Venda de bens parcialmente alheios	110
7.2.4.2. Venda de coisa indivisa por apenas um dos seus titulares	111
7.2.5. Restrições convencionais ao regime da venda de bens alheios	112
7.3. Venda de bens onerados	113
7.3.1. Pressupostos da venda de bens onerados	113
7.3.2. Efeitos da venda de bens onerados	116
7.3.2.1. Generalidades	116
7.3.2.2. Anulabilidade do contrato por erro ou dolo	116
7.3.2.3. Eventual convalidação do contrato	117
7.3.2.4. Obrigação de fazer convalidar o contrato e de cancelamento dos registos	118

7.3.2.5. Indemnização	118
7.3.2.6. Redução do preço	120
7.3.3. Restrições convencionais a este regime	121
7.4. Venda de coisas defeituosas	122
7.4.1. Generalidades	122
7.4.2. Pressupostos de aplicação do regime da venda específica de coisas defeituosas	124
7.4.3. Efeitos da venda específica de coisas defeituosas	125
7.4.3.1. Generalidades	125
7.4.3.2. Anulação do contrato por erro ou dolo	126
7.4.3.3. Reparação ou substituição da coisa	126
7.4.3.4. Indemnização	127
7.4.3.5. Redução do preço	129
7.4.3.6. Forma e prazos de exercício do direito	129
7.4.3.7. Cláusulas de exclusão da garantia	131
7.4.4. O regime dos defeitos supervenientes e dos defeitos na venda de coisa futura ou na venda de coisa genérica	131
7.4.5. Venda sobre amostra	132
7.4.6. Venda de animais	133
7.4.7. Garantia de bom funcionamento	135
7.4.8. O regime da venda de bens de consumo	137
7.4.8.1. Generalidades	137
7.4.8.2. Âmbito de aplicação da garantia contratual sobre bens de consumo	139
7.4.8.3. A imposição da conformidade do bem entregue com o contrato	143
7.4.8.3.1. A conformidade como garantia nos contratos com os consumidores	143
7.4.8.3.2. Presunção de não conformidade	145
7.4.8.3.3. A garantia de conformidade nos bens objecto de instalação	152
7.4.8.3.4. Exclusão da garantia de conformidade	153
7.4.8.3.5. Momento relevante para a verificação da conformidade	154
7.4.8.4. Direitos do consumidor perante a falta de conformidade	156
7.4.8.5. Prazos	160
7.4.8.6. A responsabilidade directa do produtor	162
7.4.8.7. O direito de regresso do vendedor final	164
7.4.8.8. As garantias comerciais	167
7.4.8.9. Carácter injuntivo do regime da venda de bens de consumo	169
Secção II – Do contrato de troca ou permuta	171
1. Noção e aspectos gerais	171
2. Características qualificativas do contrato de troca	172
3. Regime aplicável	173
Secção III – Do contrato de doação	175
1. Noção e aspectos gerais	175

2. Elementos constitutivos do contrato de doação	176
2.1. Generalidades	176
2.2. Atribuição patrimonial geradora de enriquecimento	177
2.3. Diminuição do património do doador	177
2.4. Espírito de liberalidade	178
3. Características qualificativas do contrato de doação	180
3.1. A doação como contrato nominado e típico	180
3.2. A doação como contrato primordialmente formal	180
3.3. A doação como contrato primordialmente consensual	180
3.4. A doação como contrato que tanto pode ser obrigacional como real <i>quoad effectum</i> , isolada ou conjuntamente	180
3.5. A doação como contrato gratuito	181
3.6. A doação como contrato não sinalagmático	181
3.7. A doação como contrato que tanto pode ser de execução instantânea como periódica	181
4. Objecto da doação	182
5. Forma do contrato de doação	184
6. A formação do contrato	185
6.1. Processo de formação do contrato de doação	185
6.2. Capacidade activa e passiva para o contrato de doação	187
6.3. O mandato para doar	193
6.4. O contrato-promessa de doação	193
7. Invalidade e confirmação da doação	196
8. Efeitos da doação	197
8.1. Generalidades	197
8.2. A doação real	197
8.3. A doação obrigacional	199
9. Cláusulas acessórias nas doações	200
9.1. Generalidades	200
9.2. Reserva de usufruto	200
9.3. Reserva do direito de dispor de coisa determinada ou de certa quantia sobre os bens doados	201
9.4. Cláusula de reversão	202
9.5. Substituições fideicomissárias	203
9.6. Doação sujeita a condição	205
9.7. Doação modal	207
10. Proibições de doação	209
10.1. Generalidades	209
10.2. Doações a favor de tutor, curador ou administrador legal de bens, ou protutor que substitua o tutor	210
10.3. Doação a favor de médicos, enfermeiros ou sacerdotes	212
10.4. Doação a favor do notário, intérprete ou testemunhas que tenham intervenção no acto	213
10.5. Doação a favor do cúmplice do doador adúltero	213
10.6. Doações entre cônjuges sujeitos ao regime imperativo de separação de bens	214
10.7. Doações a favor de partidos políticos e de estruturas de representação de trabalhadores e empregadores	214

11. Modalidades atípicas de doações	215
11.1. A doação remuneratória	215
11.2. A doação por morte	217
11.3. A partilha em vida	220
11.4. As doações para casamento	222
11.5. As doações entre casados	227
12. O regime das perturbações da prestação no contrato de doação	229
12.1. Generalidades	229
12.2. Doação de bens alheios	230
12.3. Doação de bens onerados ou de coisas defeituosas	232
13. Extinção das doações	234
13.1. A revogação por ingratidão do donatário	234
13.2. A colação	236
13.3. A redução por inoficiosidade	241

PARTE VII

DO CONTRATO DE SOCIEDADE

Secção única: O contrato de sociedade civil	247
1. Generalidades. Nota Histórica	247
2. Elementos e características qualificativas do contrato de sociedade	253
2.1. Conceito de sociedade	253
2.2. Elementos constitutivos da sociedade	255
2.2.1. <i>O instrumento</i> : contribuição com bens ou serviços	255
2.2.2. <i>O objecto</i> : exercício em comum de uma actividade económica que não seja de mera fruição	257
2.2.3. <i>A organização</i> : estrutura coordenadora da gestão da actividade societária	259
2.2.4. <i>O fim</i> : a repartição dos lucros	260
2.3. Características qualificativas da sociedade civil	260
2.3.1. A sociedade civil como pessoa colectiva	260
2.3.2. O problema da qualificação do contrato de sociedade	262
2.3.3. A sociedade como contrato consensual	265
2.3.4. A sociedade civil como contrato primordialmente não formal	266
2.3.5. A sociedade como contrato de execução continuada ou duradoura	267
2.3.6. A sociedade como contrato sinalagmático e oneroso	267
2.3.7. A sociedade como contrato aleatório	269
2.3.8. A sociedade civil como contrato <i>intuitu personae</i>	269
2.3.9. A sociedade civil como contrato obrigacional e ainda real <i>quoad effectum</i> , quando a entrada estipulada consistir na transferência de um direito real	270
3. As relações internas	271
3.1. Obrigações dos sócios	271
3.1.1. A obrigação de entrada	271
3.1.2. Deveres acessórios impostos pela boa fé	275
3.2. Direitos dos sócios	277
3.3. A estrutura organizativa	281

4. As relações externas	284
4.1. A representação da sociedade	284
4.2. A responsabilidade pelas obrigações sociais	285
4.3. Responsabilidade por factos ilícitos	288
5. Extinção do vínculo social relativamente a um sócio	288
5.1. Morte do sócio	288
5.2. A exoneração e exclusão de sócios	291
6. Dissolução e liquidação da sociedade	294
6.1. As causas de dissolução	294
6.2. A liquidação da sociedade	297

PARTE VIII

DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE GOZO

Secção I – Do contrato de locação	303
1. Noção e aspectos gerais	303
2. Elementos constitutivos do contrato de locação	306
2.1. Generalidades	306
2.2. Obrigação de proporcionar a outrem o gozo de uma coisa	306
2.3. Carácter temporário	308
2.4. Retribuição	309
3. Características qualificativas do contrato de locação	310
3.1. A locação como contrato nominado e típico	310
3.2. A locação como contrato consensual	310
3.3. A locação como contrato primordialmente não formal	310
3.4. A locação como contrato obrigacional (e não real <i>quoad effectum</i>). O problema da natureza do direito do locatário	311
3.5. A locação como contrato oneroso	313
3.6. A locação como contrato sinalagmático	313
3.7. A locação como contrato comutativo	314
3.8. A locação como contrato de execução duradoura	314
4. Objecto da locação	314
5. Forma do contrato de locação	315
6. Formação do contrato de locação	315
6.1. Capacidade para a celebração do contrato de locação	315
6.2. Legitimidade para a celebração do contrato de locação	316
6.3. O contrato-promessa de locação	318
7. Efeitos essenciais da locação	319
7.1. Obrigações do locador	319
7.1.1. Obrigação de entrega	319
7.1.2. Obrigação de assegurar ao locatário o gozo da coisa para os fins a que esta se destina	319
7.1.3. Pagamento dos encargos da coisa locada	320
7.1.4. Obrigação de reembolso de benfeitorias	321
7.1.5. Obrigação de preferência	323
7.2. Obrigações do locatário	324
7.2.1. Obrigação de pagamento da renda ou aluguer	324

7.2.1.1. Generalidades	324
7.2.1.2. Fixação e alteração da renda e aluguer	324
7.2.1.2.1. Arrendamento urbano	325
7.2.1.2.2. Arrendamento rural	326
7.2.1.3. Tempo do cumprimento	327
7.2.1.4. Lugar do cumprimento	327
7.2.1.5. Consequências da mora do locatário	328
7.2.1.6. Garantias de pagamento	329
7.2.2. Obrigação de facultar ao locador o exame da coisa locada	330
7.2.3. Obrigação de não aplicar a coisa a fim diverso daquele a que ela se destina	330
7.2.4. Obrigação de não fazer da coisa locada uma utilização imprudente	331
7.2.5. Obrigação de tolerar as reparações urgentes, bem como quaisquer outras que sejam ordenadas por autoridade pública	332
7.2.6. Obrigação de não proporcionar a outrem o gozo total ou parcial da coisa por meio de cessão onerosa ou gratuita da sua posição jurídica, sublocação ou comodato, excepto se a lei o permitir ou o locador o autorizar	333
7.2.7. Obrigação de comunicar ao locador, dentro de quinze dias, a cédência do gozo da coisa, sempre que esta seja permitida ou autorizada	334
7.2.8. Obrigação de avisar imediatamente o locador, sempre que tenha conhecimento de vícios na coisa, ou saiba que a ameaça algum perigo, ou que terceiros se arrogam direitos em relação a ela, desde que o facto seja ignorado pelo locador	334
7.2.9. Obrigação de restituir a coisa locada, findo o contrato	335
8. Proibições de locação	335
9. Vicissitudes do contrato de locação	337
9.1. Transmissão da posição contratual do locador	337
9.2. Sucessão na posição de locador	338
9.3. Transmissão da posição contratual do locatário	339
9.4. Sucessão na posição do locatário	341
9.5. Sublocação	343
10. O regime das perturbações da prestação no contrato de locação	345
10.1. Regime geral	345
10.1.1. Vícios da coisa locada	345
10.1.2. Ilegitimidade do locador ou deficiência do seu direito	348
10.2. O regime específico da locação de bens de consumo	348
11. Extinção do contrato de locação	349
11.1. Generalidades	349
11.2. Revogação	349
11.3. Resolução	350
11.3.1. Resolução pelo locador	350
11.3.2. Resolução pelo locatário	352
11.4. Caducidade	353
11.4.1. Regime geral	353

11.4.2. Eventual renovação do contrato e direito de preferência no futuro arrendamento do prédio	354
11.5. Denúncia e oposição à renovação	355
11.5.1. Generalidades	355
11.5.2. Denúncia e oposição à renovação pelo locador	356
11.5.2.1. O regime do arrendamento urbano	356
11.5.2.1.1. Generalidades	356
11.5.2.1.2. Os contratos com duração indeterminada	357
11.5.2.1.3. Os contratos com prazo certo	359
11.5.2.2. O regime do arrendamento rural	360
11.5.3. Denúncia e oposição à renovação pelo locatário	361
Secção II – Do contrato de parceria pecuária	363
1. Noção e aspectos gerais	363
2. Características qualificativas do contrato de parceria pecuária	363
3. Regime aplicável	365
Secção III – Do contrato de comodato	369
1. Noção e aspectos gerais	369
2. Características qualificativas do contrato de comodato	370
2.1. O comodato como contrato real <i>quoad constitutionem</i>	370
2.2. O comodato como contrato não formal	370
2.3. O comodato como contrato gratuito	371
2.4. O comodato como contrato não sinalagmático	371
3. A formação do contrato	371
3.1. Processo de formação do contrato de comodato	371
3.2. Capacidade e legitimidade das partes	372
4. Objecto do contrato	373
5. Obrigações do comodante	373
5.1. Obrigação de não perturbar o uso da coisa pelo comodatário	373
5.2. Obrigação de reembolso de benfeitorias	374
6. Direitos do comodatário	375
6.1. Direito de uso da coisa	375
6.2. Direito de retenção	376
7. Obrigações do comodatário	377
7.1. Obrigação de guardar e conservar a coisa emprestada	377
7.2. Obrigação de facultar ao comodante o exame da coisa emprestada	379
7.3. Obrigação de não aplicar a coisa a fim diverso daquele a que ela se destina	379
7.4. Obrigação de não fazer da coisa emprestada uma utilização imprudente	380
7.5. Obrigação de tolerar quaisquer benfeitorias que o comodante queira realizar na coisa	380
7.6. Obrigação de não proporcionar a terceiro o uso da coisa, excepto se comodante o autorizar	381
7.7. Obrigação de avisar imediatamente o comodante, sempre que tenha conhecimento de vícios na coisa, ou saiba que a ameaça algum perigo, ou que terceiros se arrogam direitos em relação a ela, desde que o facto seja ignorado do comodante	381
7.8. Obrigação de restituir a coisa emprestada, findo o contrato	382

8. O regime das perturbações da prestação no comodato	382
9. Extinção do contrato	383

PARTE IX

DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO
DE CRÉDITO

Secção única – Do contrato de mútuo	387
1. Noção e aspectos gerais	387
2. Características qualificativas do contrato de mútuo	388
2.1. O mútuo como contrato nominado e típico	388
2.2. O mútuo como contrato primordialmente não formal	388
2.3. A questão do carácter real <i>quoad constitutionem</i> do mútuo e a discussão em torno da admissibilidade do mútuo consensual	388
2.4. O mútuo como contrato obrigacional e real <i>quoad effectum</i>	394
2.5. O mútuo como contrato naturalmente oneroso, podendo ser também gratuito	394
2.6. A questão do cariz sinalagmático do contrato de mútuo	396
2.7. O mútuo como contrato comutativo	397
2.8. O mútuo como contrato sem cariz <i>intuitu personae</i>	397
3. Objecto do mútuo	398
4. Forma do mútuo	400
5. A formação do contrato de mútuo	401
5.1. O processo de formação do contrato de mútuo	401
5.2. Capacidade e legitimidade das partes	403
5.3. A celebração do mútuo por intermédio de mandatário ou representante	404
5.4. O contrato-promessa de mútuo	406
6. Invalidade do contrato de mútuo	408
7. Efeitos do mútuo	410
7.1. Generalidades	410
7.2. Transferência da propriedade	410
7.3. Obrigações do mutuário	411
7.3.1. A obrigação de restituição do <i>tantundem eiusdem generis</i>	411
7.3.2. A obrigação de juros	414
8. Cláusulas acessórias no contrato de mútuo	415
8.1. Generalidades	415
8.2. A condição	416
8.3. O termo	417
8.4. O modo ou encargo	417
9. Proibições de mútuo	418
10. Modalidades especiais de mútuo	418
10.1. O empréstimo mercantil	418
10.2. O mútuo bancário	419
10.3. O mútuo garantido por penhor	422
10.4. O mútuo de escopo	423
10.4.1. Caracterização geral	423
10.4.2. Casos de mútuo de escopo	425

11. O regime das perturbações da prestação no âmbito do mútuo	426
12. Extinção do mútuo	427

PARTE X

DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Secção I – Generalidades	433
Secção II – Do contrato de mandato	435
1. Generalidades. Nota histórica	435
2. Elementos essenciais do contrato de mandato	438
2.1. Obrigação de praticar um ou mais actos jurídicos	438
2.2. Actuação do mandatário por conta do mandante	438
3. Características qualificativas do contrato de mandato	439
3.1. O mandato como contrato nominado e típico	439
3.2. O mandato como contrato primordialmente não formal	440
3.3. O mandato como contrato que tanto pode ser gratuito como oneroso	440
3.4. O mandato como contrato sinalagmático ou sinalagmático imperfeito	441
4. Forma do contrato de mandato	441
5. A formação do contrato de mandato	442
5.1. O processo de formação do contrato de mandato	442
5.2. Capacidade das partes	443
5.3. Legitimidade das partes	444
6. Extensão do mandato	445
6.1. A distinção entre mandato geral e mandato especial	445
6.2. Âmbito do mandato geral	445
6.3. Âmbito do mandato especial	446
7. Obrigações do mandante	447
7.1. Obrigação de fornecer os meios necessários à execução do mandato, se outra coisa não foi convencionada	447
7.2. Obrigação de pagar a retribuição devida e fazer provisão por conta dela, consoante os usos	448
7.3. Obrigação de reembolsar o mandatário das despesas feitas	449
7.4. Obrigação de indemnizar o mandatário do prejuízo sofrido em consequência do mandato	450
8. Direitos do mandatário	451
8.1. Generalidades	451
8.2. Direito de retenção	451
9. Obrigações do mandatário	452
9.1. Obrigação de executar o mandato com respeito pelas instruções recebidas	452
9.2. Obrigações de informação e de comunicação	453
9.3. Obrigação de prestar contas	454
9.4. Obrigação de entregar ao mandante tudo o que recebeu em execução ou no exercício do mandato	455
9.5. Outras obrigações do mandatário	456
10. Substitutos e auxiliares do mandatário	457

11. A pluralidade de partes na relação de mandato	459
12. As relações com terceiros	460
12.1. A situação do mandato com representação	460
12.2. A situação do mandato sem representação	461
13. Modalidades especiais de mandato	469
13.1. O mandato comercial	469
13.2. O mandato judicial	473
14. Extinção do mandato	475
14.1. Generalidades	475
14.2. A revogação unilateral do mandato	475
14.3. A caducidade do mandato	478
14.4. O regime especial da extinção do mandato também no interesse do mandatário ou de terceiro	480
14.4.1. O regime da revogação unilateral pelo mandante	480
14.4.2. O regime da caducidade do mandato	481
Secção III – Do contrato de depósito	483
1. Generalidades	483
2. Características qualificativas do contrato de depósito	484
2.1. O depósito como contrato nominado e típico	484
2.2. O depósito como contrato não formal	484
2.3. O depósito como contrato que pode ser quer gratuito quer oneroso	484
2.4. O depósito como contrato real <i>quoad constitutionem</i>	485
2.5. O depósito como contrato de execução continuada	485
3. Forma do contrato de depósito	485
4. A formação do contrato de depósito	486
4.1. O processo de formação do contrato de depósito	486
4.2. Capacidade e legitimidade para o depósito	486
4.3. O contrato-promessa de depósito	487
5. Objecto do depósito	487
6. Obrigações do depositante	488
6.1. Obrigação de pagar a retribuição devida, quando seja esse o caso	488
6.2. Obrigação de reembolso de despesas	489
6.3. Obrigação de indemnização	489
7. Direitos do depositário	490
7.1. Generalidades	490
7.2. Manutenção e recuperação da detenção da coisa	490
7.3. Direito de retenção	491
8. Obrigações do depositário	492
8.1. Obrigação de guarda e custódia da coisa depositada	492
8.2. Obrigação de se abster de usar a coisa e de a dar em depósito a outrem, se não houver autorização do depositante	494
8.3. Obrigação de avisar imediatamente o depositante, quando saiba que algum perigo ameaça a coisa ou que terceiro se arroga direitos em relação a ela, desde que o facto seja desconhecido do depositante	495
8.4. Obrigação de restituir a coisa com os seus frutos	495
9. Modalidades especiais de depósito	497
9.1. O depósito de coisa controvertida	497

9.2. O depósito irregular	499
9.3. O depósito mercantil	502
9.4. O depósito bancário	503
9.5. O depósito judicial	505
10. Extinção do depósito	506
10.1. Regime geral	506
10.2. O regime particular de extinção do depósito também no interesse de terceiro	508
Secção IV – Do contrato de empreitada	509
1. Generalidades	509
2. Empreitada de direito público e de direito privado	513
3. Natureza civil ou comercial da empreitada de direito privado	514
4. Características qualificativas da empreitada	515
4.1. A empreitada como contrato nominado e típico	515
4.2. A empreitada como contrato normalmente não formal	515
4.3. A empreitada como contrato consensual	515
4.4. A empreitada como contrato obrigacional, podendo ser também <i>real quoad effectum</i>	515
4.5. A empreitada como contrato oneroso	516
4.6. A empreitada como contrato sinalagmático	516
4.7. A empreitada como contrato comutativo	516
4.8. A empreitada como contrato de execução instantânea, ainda que prolongada	517
5. Objecto da empreitada	517
6. Forma do contrato de empreitada	519
7. A formação do contrato de empreitada	520
7.1. O processo de formação do contrato de empreitada	520
7.2. Capacidade das partes	521
7.3. Legitimidade das partes	521
8. Efeitos do contrato de empreitada	522
8.1. Direitos do dono da obra	522
8.1.1. Aquisição e recepção da obra	522
8.1.2. Fiscalização da obra	523
8.2. Deveres do dono da obra	524
8.2.1. Pagamento do preço	524
8.2.2. Verificação, comunicação e aceitação da obra	526
8.3. Direitos do Empreiteiro	530
8.3.1. Recepção do preço	530
8.3.2. Direito de retenção	531
8.4. Deveres do empreiteiro	533
8.4.1. Realização da obra	533
8.4.2. Fornecimento de materiais e utensílios	534
8.4.3. Guarda e conservação da coisa	535
8.4.4. Entrega da coisa	535
8.5. Transferência da propriedade da obra	536
8.5.1. Generalidades	536
8.5.2. Empreitada de construção de coisa móvel	537
8.5.3. Empreitada de construção de coisa imóvel	538

9. Vicissitudes do contrato de empreitada	539
9.1. Alterações ao plano convencionado	539
9.1.1. Generalidades	539
9.1.2. Alterações da iniciativa do empreiteiro	539
9.1.3. Alterações necessárias	541
9.1.4. Alterações exigidas pelo dono da obra	542
9.1.5. Alterações posteriores à entrega e obras novas	544
9.2. Subempreitada	545
10. O regime das perturbações da prestação no contrato de empreitada	549
10.1. O regime geral das perturbações da prestação no contrato de empreitada	549
10.1.1. Generalidades	549
10.1.2. Modalidades de perturbações da prestação	550
10.1.3. Situações de irresponsabilidade do empreiteiro	552
10.1.4. O direito de eliminação dos defeitos	553
10.1.5. O direito de exigir nova construção	554
10.1.6. O direito de redução do preço	555
10.1.7. O direito de resolução do contrato	556
10.1.8. O direito de indemnização	557
10.1.9. A caducidade dos direitos do dono da obra	558
10.1.10. Os direitos do dono da obra em empreitadas de imóveis destinadas a longa duração	559
10.2. O regime específico da empreitada de bens de consumo	562
11. Extinção do contrato de empreitada	564
11.1. Generalidades	564
11.2. A impossibilidade de cumprimento e o risco pela perda ou deterioração da obra	565
11.2.1. Impossibilidade de cumprimento	565
11.2.2. Risco pela perda ou deterioração da obra	566
11.3. Desistência do dono da obra	567
11.4. Morte ou incapacidade do empreiteiro	568

PARTE XI

DOS CONTRATOS DE RENDA

Secção I – Generalidades	573
Secção II – Do contrato de renda perpétua	575
1. Generalidades	575
2. Características qualificativas do contrato de renda perpétua	575
3. Regime	577
Secção III – Do contrato de renda vitalícia	581
1. Generalidades	581
2. Características qualificativas do contrato de renda vitalícia	581
3. Regime	583

PARTE XII

DOS CONTRATOS DE JOGO E APOSTA

Secção única – Os contratos de jogo e aposta	587
1. Generalidades	587
2. Características qualificativas dos contratos de jogo e aposta	588
3. Regime	588

PARTE XIII

DOS CONTRATOS DE JUSTIÇA PRIVADA

Secção única – O contrato de transacção	593
1. Generalidades	593
2. Características qualificativas do contrato de transacção	594
3. Regime	594

BIBLIOGRAFIA DO VOLUME III	597
----------------------------------	-----

ÍNDICE	617
--------------	-----